Divisões perigosas

Políticas raciais no Brasil contemporâneo

Peter Fry
Yvonne Maggie
Marcos Chor Maio
Simone Monteiro
Ricardo Ventura Santos
[organizadores]

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

CONCEPÇÃO DE CAPA
Domingos Guimaraens

FOTO
Escala cromática de classificação de cor de pele, de Félix von Luschan

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D654 Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo / organização: Peter Fry, Yvonne Maggie, Marcos Chor Maio, Simone Monteiro, Ricardo Ventura Santos. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Anexos
ISBN 978-85-200-0790-7

1. Raças – Brasil. 2. Identidade social – Brasil. 3. Brasil – Relações raciais. I. Fry, Peter. II. Maggie, Yvonne. III. Maio, Marcos Chor. IV. Monteiro, Simone. V. Santos, Ricardo Ventura.

CDD – 305.8
06-3749 CDU – 316.356.4

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
Um selo da
EDITORA RECORD LTDA.
Rua Argentina 171 – 20921-380 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052 – Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2007

Das estatísticas de cor ao Estatuto da Raça

Simon Schwartzman*

Folha de S. Paulo, 21 de abril de 2006.

O Brasil nunca soube lidar direito com as questões de cor e origem. Já houve tempo em que autores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna acreditavam que os males do país eram causados pelo sangue ruim dos negros e indígenas, problema que só seria resolvido, se fosse, com o branqueamento e purificação da raça. Mais tarde, Gilberto Freyre tentou difundir a idéia de uma civilização luso-tropical em que, apesar da escravidão, negros e brancos conviviam em harmonia. Nos anos 1930 o Estado Novo proibia que filhos de imigrantes aprendessem a ler na língua materna, e botava na cadeia quem falasse alemão, italiano ou japonês nas ruas. Nos anos 1950 e 1960, os sociólogos marxistas da USP — Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni — passaram a argumentar que, em última análise, as questões de raça ou nacionalidade eram questões de classe, que desapareceriam na medida em que aumentassem a consciência de classe dos pobres e proletários e a luta pelos seus direitos.

Nos anos 1970, sociólogos de formação empírica do Iuperj — Nelson do Valle e Silva, Carlos Hasenbalg — mostraram que a "cor" — uma aproximação precária do conceito de raça nas estatísticas do IBGE — tinha relação significativa com a condição de vida das pessoas de forma independente, embora correlacionada, em fatores como educação, profissão etc. Os "pretos" e "pardos" percebem remuneração inferior pela mesma função e têm menos educação

que os "brancos" na mesma faixa de renda. Junto com a divulgação dessas estatísticas, começava a ganhar corpo um ataque frontal contra a imagem do Brasil como um país culturalmente homogêneo e racialmente integrado, cultivada desde D. Pedro II pelas agências de governo encarregadas da educação e da cultura.

A antiga imagem de integração e homogeneidade coexistia com a manutenção de milhões de pessoas à margem dos benefícios e da cultura oficiais, falando mal a língua, incapazes de entender a educação das escolas e sentindo-se inferiorizados pela cor da pele e por seus antepassados negros e indígenas. A reorientação dos anos recentes buscou inverter por completo os termos do problema. Dali em diante, a interpretação "correta" passou a ser: "O Brasil é um país racista, marcado pelo preconceito e pela discriminação. A igualdade formal e harmonia entre as raças são apenas discursos ideológicos para a ocultação das diferenças. É necessário denunciar tais mitos, criar leis que reconheçam as diferenças, atribuir novos direitos aos discriminados e compensá-los pelas perdas e sofrimentos do passado. Em vez da falsa harmonia das três raças, as crianças devem aprender nas escolas a história maldita da discriminação e do preconceito. A cultura a estimular não deve mais ser a cultura erudita, dos brancos, mas a cultura popular, das comunidades pobres e dos negros." O projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que o Congresso está a ponto de aprovar, pretende consagrar e transformar em ideologia oficial essa nova interpretação da sociedade brasileira.

O estatuto é uma monstruosidade jurídica e conceitual. Ele pretende obrigar todas as pessoas a se classificarem como brancos ou afro-brasileiros nos documentos oficiais, ignorando os milhões que não se consideram nem uma coisa nem outra, e não reconhece a existência dos descendentes das populações indígenas, o grupo mais discriminado e sofrido da história brasileira. A partir daí, ele introduz direitos especiais para os afro-brasileiros na saúde, na educa-

ção, no mercado de trabalho, na Justiça e em outros setores. Os direitos que o projeto de estatuto pretende assegurar não são apenas os direitos humanos, individuais e coletivos reconhecidos em nossa tradição constitucional — e que devem ser garantidos a todos. O que o projeto tem principalmente em vista é um novo direito a reparações; reparações supostamente devidas a uma categoria social, os afro-brasileiros, e que deverão ser pagas por outra categoria social — os brancos, inclusive os pobres e os filhos de imigrantes recentes, considerados coletivamente culpados e de antemão condenados pelas discriminações de hoje e de ontem. O estatuto abole o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei e cria uma nova categoria de cidadãos, os afro-brasileiros, definidos de forma vaga e arbitrária como "as pessoas que se classificam como tais e/ou como negros, pretos, pardos ou definição análoga", presumivelmente relegando os demais, de forma implícita, a uma categoria de branco-brasileiros.

Basta pensar um pouco para darmo-nos conta de que não temos por que optar entre as antigas ideologias da harmonia racial e cultural e a implantação de um regime de *apartheid* no país, em que supostas identidades e direitos raciais se oficializem e predominem sobre o desempenho das pessoas e seu direito e liberdade de escolher e desenvolver suas próprias identidades. Nem tudo que diziam os sociólogos do passado estava errado. É certo, como observou Oracy Nogueira, que o preconceito de cor, que existe no Brasil com infinitas gradações e matizes, é profundamente diferente do preconceito de origem que existe nos Estados Unidos, que divide a sociedade em grupos estanques, e por isso não é possível interpretar a sociedade brasileira com os óculos norte-americanos — comparações com países como Cuba e República Dominicana fazem muito mais sentido. É certo que a "cor" tem uma relação negativa com a distribuição de oportunidades, mas a má qualidade da educação, as

limitações do mercado de trabalho e a precariedade dos serviços de saúde, que afetam a todos, têm efeitos muito maiores.

Existe preconceito racial no Brasil? Sim. Mas existe também uma importante história de convivência e aceitação de diferenças raciais, religiosas e culturais, um patrimônio a ser aperfeiçoado. Por que não progredir no caminho que vem sendo tentado, identificando situações específicas de discriminação e agindo contra elas, sem dividir a sociedade em "raças" estanques? Valorizar a cultura, as histórias e as identidades dos diferentes grupos e etnias no país é um objetivo importante, mas é perfeitamente possível alcançá-lo sem dar as costas para a cultura universal, da qual queremos e precisamos participar.

A opção é simples: de um lado, uma sociedade em que o governo não se imiscui na identidade e na vida privada das pessoas, em que o princípio constitucional da igualdade é mantido, e em que as políticas sociais lidam com as causas da pobreza e da desigualdade; de outro, uma sociedade em que a cidadania passa a comportar "graus", em função da cor da pele de cada um, a ser definida pelo movimento social, partido político ou pelo burocrata de plantão. Um país com políticas sociais baseadas em critérios de culpa, expiação e reparação de pecados coletivos, com a substituição da antiga ideologia oficial de igualdade racial por outra, também abominável, de preconceito e perene conflito e discriminação entre raças antagônicas.

limitações do mercado de trabalho e a precariedade dos serviços de saúde, que afetam a todos, têm efeitos muito maiores.

Existe preconceito racial no Brasil? Sim. Mas existe também uma importante história de convivência e aceitação de diferenças raciais, religiosas e culturais, um patrimônio a ser aperfeiçoado. Por que não progredir no caminho que vem sendo tentado, identificando situações específicas de discriminação e agindo contra elas, sem dividir a sociedade em "raças" estanques? Valorizar a cultura, as histórias e as identidades dos diferentes grupos e etnias no país é um objetivo importante, mas é perfeitamente possível alcançá-lo sem dar as costas para a cultura universal, da qual queremos e precisamos participar.

A opção é simples: de um lado, uma sociedade em que o governo não se imiscui na identidade e na vida privada das pessoas, em que o princípio constitucional da igualdade é mantido, e em que as políticas sociais lidam com as causas da pobreza e da desigualdade; de outro, uma sociedade em que a cidadania passa a comportar "graus", em função da cor da pele de cada um, a ser definida pelo movimento social, partido político ou pelo burocrata de plantão. Um país com políticas sociais baseadas em critérios de culpa, expiação e reparação de pecados coletivos, com a substituição da antiga ideologia oficial de igualdade racial por outra, também abominável, de preconceito e perene conflito e discriminação entre raças antagônicas.

Debate sobre cotas no Cebrap

Simon Schwartzman*

*Simon's Blog, postado em 20 de agosto de 2006. Disponível em http://sschwartzman.blogspot.com.

No dia 11 de agosto participei de um debate sobre cotas no Cebrap, em São Paulo, juntamente com Antônio Sérgio Guimarães. O ponto principal de minha apresentação foi que a educação superior brasileira tem problemas importantes, mas que as cotas, raciais ou sociais, não são a resposta, porque elas partem de um entendimento errado a respeito de quais são esses problemas, tanto em relação ao acesso ao ensino superior quanto ao sistema de ensino superior brasileiro em si.

No início, procurei mostrar, com dados da PNAD de 2004 (a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE), que as diferenças de acesso à educação dos diferentes grupos de cor, na definição do IBGE, vêm se alterando rapidamente. Na população total, mais ou menos metade das pessoas se declara "branca" nas pesquisas, uns 45% se declaram "pardos" e uns 5% se declaram "negros" (daqui em diante, utilizarei essas denominações sem aspas). Na população de mais de 20 anos, existem 4,1 vezes mais brancos do que pardos e pretos com educação superior no Brasil (7,7 milhões e 1,8 milhão, respectivamente), refletindo o passado de desigualdades. No ensino médio, a diferença cai para 1,4 vez (15,7 para 10,9 milhões). A maioria dessas pessoas já não estuda mais. Entre os que estão estudando hoje, a diferença no ensino superior é muito menor, de 2,6 vezes (3,4 para 1,3 milhão), e no nível médio é de 1,1 vez (4,5 para 4,1 milhões), ou seja, pratica-

mente igual à distribuição da população. No ensino fundamental, já não existem diferenças. A explicação é simples: na medida em que o sistema educacional se amplia, o acesso se torna maior, e a metade não branca da população brasileira, que é também a mais pobre, encontra mais espaço.

A grande expansão do ensino médio dos últimos anos começa a pressionar o ensino superior, e, para ver o que está acontecendo nessa transição, fiz uma análise dos dados mais recentes do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, tornados acessíveis pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o Inep.

Os dados do Enem não são representativos da população, já que a participação é voluntária, mas incluem um grupo bem significativo de pessoas. Em 2005 se inscreveram cerca de 3 milhões de jovens, dos quais aproximadamente 2 milhões fizeram as provas e responderam a um questionário socioeconômico que continha uma pergunta sobre "cor" igual à do IBGE. A distribuição é muito semelhante à da população, com 45% de brancos, 38,4% de pardos e 12% de pretos — estes últimos o dobro, em termos proporcionais, do que na população como um todo. A análise dos resultados da prova objetiva mostra, como era de esperar, uma grande variação do desempenho em função da educação e da renda das famílias de origem dos candidatos, e também diferenças por cor. A média dos brancos na prova objetiva é 42,9; dos pardos, 36,9, e dos pretos, 35,6 — uma diferença, portanto, de 7,3 pontos entre brancos e pretos. A média para todo o país é de 40 pontos. Em termos de renda, as médias são de 31,6 para as famílias que ganham até um salário mínimo e 59,6 para as famílias que recebem de 10 a 30 salários mínimos — 28 pontos de diferença, portanto. A diferença entre os filhos de mães só com educação primária e com educação superior é de cerca de 20 pontos. Dentro de cada grupo de renda ou educação familiar, as diferenças de grupos de cor persistem, mas em menor

grau: entre brancos e pretos (excluindo os pardos), as diferenças são de 2 pontos entre as famílias de um salário mínimo e de 10 pontos entre famílias de 10 a 30 salários mínimos; 3,1 pontos para filhos de mães que só completaram o antigo primário e 12 pontos para filhos de mães que completaram a educação superior.

Esses dados mostram, primeiramente, que as diferenças de renda e educação familiar, e não a cor, são os principais correlatos dos resultados do Enem, que, por sua vez, são uma indicação razoável da chance de a pessoa entrar em uma universidade mais competitiva. Segundo, que existem diferenças entre os grupos de cor que persistem nos diferentes grupos de renda e educação familiar. E, terceiro, que essas diferenças aumentam à medida que aumenta a renda e a educação das famílias, como se os ganhos em educação e renda das famílias pretas (e, em menor grau, pardas) não fossem suficientes para que os filhos obtivessem ganhos equivalentes em seu desempenho escolar.

Alguns economistas têm descrito essas diferenças não explicadas estatisticamente como "discriminação". No entanto, não há evidência de que seja essa de fato a explicação das diferenças. Elas podem se dever, por exemplo, ao fato de os ganhos sociais e econômicos das famílias pardas e negras serem mais recentes, de os cursos superiores dos pais terem sido completados em carreiras e instituições de menos qualidade, e de essas famílias ainda não terem conseguido acumular o "capital cultural" que é o requisito para o bom desempenho escolar. Observa-se uma indicação do que pode estar ocorrendo na percentagem de pessoas que estudaram em escolas particulares — cuja qualidade em geral é superior — e nos níveis mais altos de renda e educação. Entre as famílias de 9 a 15 mil reais mensais de renda, 59% dos brancos estudaram em escolas particulares, assim como 61% dos pardos, mas somente 28,6% dos pretos. Entre as famílias cujas mães têm nível superior completo, 40% dos

brancos, 30% dos pardos e 18,7% dos pretos estudaram em escola particular.

O Enem tem várias perguntas sobre percepção e experiência de discriminação. Muito poucos se dizem preconceituosos, mas de 30 a 40% percebem preconceitos nos colegas e nas próprias famílias. Mais da metade dos pretos e 16% dos pardos dizem que já sofreram discriminação. Mas ter ou não ter sofrido discriminação não afeta os resultados no Enem.

É possível, no entanto, que as crianças pretas e pardas sofram formas de discriminação que não aparecem nas estatísticas, e que possam estar afetando seu desempenho? É claro que é possível, e até mesmo provável. Mas o que as estatísticas mostram é que, com ou sem discriminação, o que mais determina as diferenças de resultado e de oportunidades educacionais são a renda das famílias, a educação dos pais e outras variáveis, como o tipo de escola que o jovem freqüentou. É importante conhecer mais profundamente, enfrentar e corrigir os problemas de discriminação, assim como os fatores que levam muitas famílias, mesmo educadas e ricas, a não proporcionar a seus filhos as condições adequadas para que estudem e se desenvolvam. Mudar tudo isso é difícil, caro e complicado. Criar cotas raciais nas universidades por decreto é simples e barato. Mas não resolve, e acaba desviando a atenção de onde estão os verdadeiros problemas.